

Aspectos analíticos do poder pastoral em Michel Foucault à luz de Giorgio Agamben e Laura Cremonesi

Analytical Aspects of Pastoral Power in Michel Foucault in the Light of Giorgio Agamben and Laura Cremonesi

Fábio Gonzaga Gesueli *

Fecha de Recepción: 23/01/2026

Fecha de Aceptación: 12/06/2026

Resumo: O artigo propõe uma análise do poder pastoral cristão a partir das investigações de Michel Foucault, utilizando as contribuições interpretativas de Giorgio Agamben e Laura Cremonesi. O objetivo central não é uma descrição exegetica das técnicas pastorais, mas problematizar o estatuto epistemológico do pastorado cristão como matriz de inteligibilidade para compreender as relações entre governo, verdade e constituição dos sujeitos no Ocidente. A análise foucaultiana revela que o pastorado cristão dos primeiros séculos constitui o "prelúdio" da governamentalidade moderna, introduzindo processos de individualização, sujeição e extração de verdades que formam a matriz do sujeito ocidental moderno. Essas técnicas de governo das almas não permaneceram confinadas ao âmbito religioso, sendo incorporadas e reconfiguradas em dispositivos disciplinares e biopolíticos modernos. De Agamben, aproprio-me da noção de "paradigma foucaultiano", que permite compreender o poder pastoral como modelo generalizável de funcionamento. De Cremonesi, incorporo o conceito de "compacidade" (*compattezza*), que designa a capacidade de um dispositivo naturalizar-se, tornando-se transparente ao olhar. A articulação dessas perspectivas evidencia um processo complexo de transferência e reconfiguração estratégica das técnicas pastorais, superando leituras simplificadoras que concebem a relação entre poder religioso e político como mera secularização linear.

Palavras chaves: Foucault–poder pastoral–Agamben–Cremonesi

* Licenciado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC), mestre em Ciências da Religião (PUC), doutor em História (PUC). ORCID: 0000-0003-1287-6811. E-mail: fabioquesueli@gmail.com

Abstract: *The article proposes an analysis of Christian pastoral power based on Michel Foucault's investigations, utilizing the interpretive contributions of Giorgio Agamben and Laura Cremonesi. The central objective is not an exegetical description of pastoral techniques, but rather to problematize the epistemological status of Christian pastorate as a matrix of intelligibility for understanding the relationships between government, truth, and the constitution of subjects in the West. Foucault's analysis reveals that early Christian pastorate constitutes the "prelude" to modern governmentality, introducing processes of individualization, subjection, and truth extraction that form the matrix of the modern Western subject. These techniques of governing souls did not remain confined to the religious sphere, being incorporated and reconfigured into modern disciplinary and biopolitical apparatuses. From Agamben, I appropriate the notion of "Foucauldian paradigm," which allows understanding pastoral power as a generalizable model of functioning. From Cremonesi, I incorporate the concept of "compactness" (compattezza), which designates a device's capacity to naturalize itself, becoming transparent to observation. The articulation of these perspectives reveals a complex process of strategic transfer and reconfiguration of pastoral techniques, overcoming simplistic readings that conceive the relationship between religious and political power as mere linear secularization.*

Keywords: *Foucault–pastoral power–Agamben–Cremonesi*

Introdução

O presente artigo propõe um exercício analítico sobre o poder pastoral cristão a partir das investigações de Michel Foucault, valendo-se das contribuições interpretativas de dois filósofos italianos contemporâneos: Giorgio Agamben e Laura Cremonesi. O objetivo central não reside, portanto, em uma descrição exegetica das técnicas pastorais tal como expostas pelo filósofo-historiador francês em seus cursos no Collège de France, sobretudo em *Segurança, território, população* (1978), mas em examinar o estatuto epistemológico do pastorado cristão como matriz de inteligibilidade para a compreensão das relações entre governo, verdade e constituição dos sujeitos no Ocidente.

A análise foucaultiana do poder pastoral cristão revela um tipo singular de

regime de verdade que emerge nos primeiros séculos do cristianismo e que produz efeitos governamentais duradouros: os sujeitos são convocados a se pensarem, verem e sentirem como pecadores, portadores de uma vontade sempre desviada e que, incessantemente, necessita de correção e direção. Este tipo de configuração de relações de poder, longe de permanecer confinada ao âmbito religioso, constitui o que Foucault denominou “prelúdio” da governamentalidade moderna, oferecendo procedimentos e técnicas que posteriormente foram incorporadas, transferidas e reconfiguradas em dispositivos disciplinares e biopolíticos.

A hipótese que orienta este artigo sustenta, então, que o poder pastoral cristão, tal como analisado por Foucault, não funciona apenas como modelo histórico-particular que descreve práticas religiosas de condução das almas em um período circunscrito. Diferentemente, ele pode operar como um dispositivo epistemológico capaz de tornar inteligível um conjunto mais amplo de fenômenos governamentais aparentemente desconexos, revelando a persistência de racionalidades pastorais nas tecnologias contemporâneas de governo – da pedagogia à psiquiatria, das práticas penitenciárias às técnicas de gestão econômica e regulação biológica da vida.

Para desenvolver este movimento argumentativo, o seguimento deste texto irá mobilizar duas contribuições da filosofia italiana contemporânea. De Giorgio Agamben, aproprio-me da leitura do “paradigma foucaultiano” exposta em *Signatura rerum* (2019), na qual o pensador demonstra como objetos singulares nas análises de Foucault – como o *panopticum* – funcionam simultaneamente como casos históricos específicos e como modelo generalizáveis de funcionamento, capazes de definir a inteligibilidade de conjuntos mais amplos. Esta operação teórico-epistemológica, ao isolar o poder pastoral de seu contexto original e exibir sua singularidade, permite tornar visíveis mecanismos e técnicas de condução que, de outro modo, permaneceriam imperceptíveis nas formas contemporâneas de governamentalidade.

De Laura Cremonesi (2019), irei incorporar a noção de “dispositivo teológico-político” e, especialmente, o conceito de *compattezza* (compacidade), que designa a capacidade de um dispositivo de poder estruturar-se de tal maneira que se torna transparente ao olhar, naturalizando-se como parte integrante de nossos horizontes e práticas

conceituais. Esta perspectiva permite compreender por que práticas de governo originalmente cristãs puderam ser incorporadas e reconfiguradas em instituições modernas reconhecidamente “seculares” – a escola, o hospital, a fábrica, o quartel – sem que sua proveniência pastoral seja imediatamente identificável.

A articulação dessas duas perspectivas interpretativas acerca de aspectos da análise de Foucault permite superar leituras que concebem a relação entre poder religioso e poder político como mera substituição ou processo linear de secularização. Ao contrário, a análise aqui proposta evidencia um processo mais complexo de transferência e reconfiguração estratégica, no qual as técnicas de governo das almas desenvolvidas pelo pastorado cristão oferecem modelos de relações de poder que operam por processos simultaneamente totalizantes e individualizantes – prefigurando, assim, as tecnologias disciplinares e biopolíticas que caracterizam a governamentalidade moderna.

O percurso argumentativo que se segue divide-se em duas seções principais. A primeira examina a análise foucaultiana do poder pastoral cristão, destacando sua função como “pano de fundo” da governamentalidade moderna e evidenciando os mecanismos de individualização, sujeição e extração de verdades que constituem a matriz formativa das subjetividades ocidentais modernas. A segunda seção problematiza o estatuto epistemológico do poder pastoral a partir das contribuições de Agamben e Cremonesi, propondo sua compreensão como dispositivo teológico-político cuja desmontagem constitui tarefa própria de uma postura crítica comprometida com a desestabilização das coordenadas que estruturam nossas percepções das relações entre saberes, poderes e verdades.

Do ponto de vista metodológico, a proposta deste artigo situa-se no horizonte arqueológico-genealógico das investigações foucaultianas. Embora a noção de *anarqueologia* apareça pontualmente ao final do texto, em diálogo com desenvolvimentos tardios do pensamento de Foucault, a análise aqui proposta apoia-se principalmente no procedimento genealógico de investigação das racionalidades de governo. Trata-se, portanto, de examinar o poder pastoral não como origem linear de formas posteriores de governo, mas como campo histórico de emergência de técnicas,

estratégias e racionalidades que conheceram deslocamentos, reformulações e reapropriações ao longo da constituição das artes de governar no Ocidente.

Poder pastoral

A análise de Foucault sobre o pastorado cristão é desenvolvida principalmente em *Segurança, território, população* em 1978 e, sem dúvida, este curso é pertinentemente um ponto de partida notável para esta discussão. Contudo, neste momento meu objetivo não é retomar pormenorizadamente cada aula do filósofo-historiador que trata desse tema¹. Isto não quer dizer que os argumentos seguintes não as levem em consideração; o que quero observar é que meu objetivo aqui não está alocado estritamente em uma descrição das técnicas do pastorado cristão na análise de Foucault. Diferentemente, minha atenção objetiva propor um exercício analítico que visualiza o poder pastoral cristão como uma matriz de inteligibilidade à própria relação entre governo, verdade e a constituição dos sujeitos no Ocidente.

O cristianismo dos primeiros séculos, pelas lentes das análises de Foucault, introduz um tipo de regime de verdade que produz efeitos governamentais nos quais os sujeitos são chamados a se pensarem, verem e sentirem como pecadores, portadores de uma *vontade* sempre desorientada que os inclina à realização de atos maus que atentam contra a vontade de Deus. Portanto, já aqui há uma questão analítica de fundo e que está situada na relação entre *subjetividade* e *verdade*: através de quais jogos de verdade o “homem” se pensa como um ser próprio de uma verdade? Desta forma, não parece inexato afirmar que já em 1978 nas análises do poder pastoral cristão, a temática relacional entre subjetividade e verdade já está colocada em foco – é problematizada – na investigação histórico-filosófica de Foucault sobre o pastorado cristão, mas também suas influências anteriores, como o pastorado hebraico e grego – das quais, se Foucault apresenta suas singularidades em relação ao modo cristão do poder pastoral – é também

1 Para uma análise detalhada de cada aula de *Segurança, território, população* onde o poder pastoral cristão é estudado por Foucault, Cf. Gesueli, (2020).

a partir delas que podemos ver sua especificidade e como ele pôde ser produzido.

O final da aula de 22 de fevereiro de 1978 aparece como uma síntese das aulas precedentes em que Foucault esmiuçou o tema a partir de suas janelas de atenção e problematização. Neste sentido, a citação abaixo me serve não como ponto de chegada de uma longa descrição, mas como ponto de partida para problematizar as formas de subjetivação que o filósofo-historiador identifica no contexto histórico que ele mesmo identifica como o “prelúdio” da governamentalidade moderna. Em suas palavras:

Parece-me que o pastorado esboça, constitui o prelúdio do que chamei de governamentalidade, tal como esta vai se desenvolver a partir do século XVI. Ele preludia a governamentalidade de duas maneiras. Pelos procedimentos próprios do pastorado, por essa maneira, no fundo, de não fazer agir pura e simplesmente o princípio de salvação, o princípio da lei e o princípio da verdade, por todas as espécies de diagonais que instauram sob a lei, sob a salvação, sob a verdade, outros tipos de relações. É por aí portanto que o pastorado preludia a governamentalidade. E preludia também a governamentalidade pela constituição tão específica de um sujeito, de um sujeito cujos méritos são identificados de maneira analítica, de um sujeito que é sujeitado em redes contínuas de obediência, de um sujeito que é subjetivado pela extração de verdade que lhe é imposta. Pois bem, é isso, a meu ver, essa constituição típica do sujeito ocidental moderno, que faz que o pastorado seja sem dúvida um dos momentos decisivos na história do poder nas sociedades ocidentais. (Foucault, 2023, p. 245-246)

É sempre arriscado sinalizar – principalmente com autores assistemáticos – que esta ou aquela passagem sintetiza o conteúdo de um pensamento em relação ao problema analisado. No entanto, pode-se aceitar os riscos e indicar que esta citação de Foucault sintetiza suas hipóteses sobre o pastorado cristão na relação com a problemática das formas de governo dos homens. Assim, como o filósofo-historiador afirma neste curso de 1978, o pastorado cristão é um “pano de fundo” para a governamentalidade que será produzida a partir da modernidade.

Primeiro, pois o pastorado cristão introduz uma gama de procedimentos específicos sob a lei, sob a salvação e sob a verdade. Estas, produzem novas formas de relação que extrapolam qualquer maneira de formalização racional de formas de obediência. Porém, como segundo e ainda mais importante, a questão se desdobra na caracterização de três aspectos decisivos: *a identificação analítica de cada sujeito* – que poderia ser visto como prefiguração das técnicas modernas individualizantes e classificadoras; *os processos de sujeição em redes ininterruptas e integrais de atos de verdade produzidos pela obrigação da obediência* – ideia que poderia ser analógica aos dispositivos disciplinares e biopolíticos com suas formas de normalização; *os processos veridictionais nos quais a verdade do sujeito é requerida por extrações hermenêuticas de uma vontade que necessita de correção* – desta forma, uma das condições de possibilidade ao desenvolvimento do que se entende por ciências humanas e de sua função na elaboração de saberes da interioridade humana. Portanto, a matriz do “sujeito ocidental moderno”, como diz Foucault, é posta por uma forma de subjetividade individualizada, obediente e confessante, localizada na emergência do pastorado cristão.

Os processos de produção das subjetividades operados pelo poder pastoral cristão – principalmente se entrecruzado com as análises sobre as técnicas de vida ascéticas destinadas aos monges em *Do governo dos vivos* (2014), junto do problema da *cisão da vontade* exposto em *As confissões da carne* (2020) – através de uma obediência ininterrupta e da contínua extração de verdades dos sujeitos, identificados por Foucault na passagem citada acima como elementos constitutivos para o sujeito ocidental moderno, não permaneceram confinados às práticas religiosas. De outra forma, foram gradualmente incorporados e transformados em diversos dispositivos modernos de governo e de controle das condutas dos homens. A pastoral cristã e sua técnica de poder pastoral de governo dos homens é, neste sentido, uma das proveniências identificadas por Foucault como matriz para o consequentemente desenvolvimento plural das artes

de governar os homens na história do Ocidente².

Longe de ser simplesmente superada pelo Estado moderno e suas relações governamentais, as técnicas de controle das almas do pastorado cristão são integradas aos processos de governamentalização secular. Estudando do século XVI ao XVIII, Foucault produz uma acontecimentalização sobre as novas exigências técnicas dos Estados em relação aos corpos individuais e aos aglomerados populacionais. Segundo suas análises, o cruzamento entre as tecnologias disciplinares e biopolíticas encontra condição de possibilidade de emergência nas artes de governar as almas dos homens, isto é, “dessa técnica que é proposta ao padre para o governo das almas” (Foucault, 2019, p. 152). Assim, desde 1975, como pode ser encontrado na aula de 19 de fevereiro de *Os anormais*, vê-se Foucault estabelecer um momento de investigação sobre o problema do poder pastoral cristão, analisando as relações pastorais e sua influência no problema do governo dos homens. Em suas palavras:

Ora, o que eu queria lhes mostrar agora, para nos aproximarmos enfim do nosso tema, é o que aconteceu a partir do século XVI, isto é, desse período que se caracteriza não tanto pelo começo de uma descristianização, mas antes, como certo número de historiadores mostraram, por uma fase de cristianização em profundidade. Da Reforma à caça às bruxas, passando pelo Concílio de Trento, temos toda uma época que é aquela em que começam a se formar, de um lado, os Estados modernos e em que, ao mesmo tempo, comprimem-se os marcos cristãos sobre a existência individual [...] No momento em que os Estados estavam se colocando o problema técnico do poder a exercer sobre os corpos e dos meios pelos quais seria efetivamente possível pôr em prática o poder sobre os corpos, a Igreja, de seu lado, elaborava uma técnica de governo das almas, que

2 Uma investigação mais ampla acerca dessas relações excede os limites do presente artigo. Todavia, a hipótese segundo a qual determinadas tecnologias pastorais participam da constituição de racionalidades governamentais contemporâneas constitui o objeto de uma pesquisa já realizada, dedicada a uma análise genealógica das relações entre cristianismo primitivo, processos de subjetivação e governamentalidade neoliberal Cf. Gesueli (2025).

é a pastoral, a pastoral definida pelo concílio de Trento e retomada, desenvolvida em seguida por Carlos Borromeu. (Foucault, 2019, p. 152)

Neste trecho há uma observação de Foucault que é crucial à compreensão da complexidade da relação entre poderes religiosos e políticos em sua operação genealógica das formas de governo dos homens produzidas na modernidade. Para o filósofo-historiador, a partir do século XVI, pode ser observado um desenvolvimento dos aparelhos estatais modernos acompanhado de uma “cristianização em profundidade”. Desta forma, longe de um tipo de interpretação que pensa em simples processos de secularização, nos quais os poderes religiosos são gradualmente substituídos por poderes políticos, Foucault pensa em um processo mais complexo de transferência e reconfiguração estratégica das técnicas de governo religiosas e políticas. É neste sentido que me parece que este entrecruzamento, em seus termos, não reproduz essa clássica ideia histórico-política-sociológica de “secularização”, sempre entendida como processo pelo qual as esferas religiosas são gradualmente mitigadas do espaço público e do campo político, jurídico e social, em prol da constituição de um Estado autônomo e construído sob alicerces provenientes da laicidade.

Em uma sessão de perguntas realizada em 23 de outubro de 1980 no Dartmouth College, uma pergunta dirigida para Foucault questiona se há alguma relação entre o governo pastoral cristão das almas e o advento do Estado moderno que ele havia analisado na conferência realizada na Universidade de Stanford em 1979 (1986). A resposta de Foucault é a seguinte:

Assistiu as conferências? Pergunto apenas para definir minha resposta. Eu pensava que a relação era verdadeiramente óbvia, porque nas conferências de Stanford tratei o que poderíamos chamar de governo, e um tipo de governo muito particular que é o governo dos indivíduos, e não só de grupos como cidades, Estados, etc., e por que em nossas sociedades temos, por sua vez, um governo de grandes massas de pessoas por meio do Estado e um governo dos indivíduos em sua individualidade mais singular. O outro aspecto disto é o problema das

tecnologias de si que são, creio, a condição do governo pastoral, a condição para que o governo pastoral exista e funcione. Sem tecnologias de si, o governo pastoral não pode funcionar. E reciprocamente, essas tecnologias de si tiveram apoio, nós sabemos muito bem, do governo de tipo pastoral que encontraram na Igreja, por exemplo, e também em outras instituições como a pedagogia, as instituições políticas, etc. (Foucault, 2016, p. 131)

Foucault adverte que este período pós-tridentino é marcado pelo desenvolvimento de uma pastoral intensa e sistemática que coincide com o momento de emergência dos estados nacionais-territoriais modernos, com suas novas demandas disciplinares e biopolíticas de administração dos indivíduos e das populações. Aqui há uma questão de condições de possibilidade: as técnicas de governo das almas desenvolvidas pela pastoral cristã pós Concílio de Trento (1545-1546) oferecem modelos de relações de poder que operam por processos totalizantes e individualizantes. Neste sentido, me parece que quando Foucault estabelece a identificação desses processos, ele investiga um processo de intensificação de vigilância e controle, que atravessa tanto instituições políticas quanto religiosas. Desta forma, o filósofo-historiador produz um tipo de análise sobre o poder pastoral que também pode ser vista como uma analítica das condições de possibilidade de desenvolvimento das tecnologias disciplinares e biopolíticas que, em sua análise, estão magistralmente cruzadas e caracterizadas pela governamentalidade moderna.

A partir de 1975 no curso *Os anormais*, mas principalmente em *Segurança, território, população* em 1978, Foucault argumenta que o desenvolvimento dos poderes políticos e estatais na Modernidade se dá muito mais por um tipo de rearranjo e absorção de técnicas e práticas de governo desenvolvidas em contextos religiosos. Essa nova problematização operada pela analítica do poder foucaultiana é fundamental para sua elaboração crítica acerca das formas de governo e das relações de condução de si e dos outros. Nesse sentido, é pertinente dizer que a problematização sobre o poder pastoral cristão elaborada por Foucault se insere em uma história das formas de governamentalidade e seus efeitos nas subjetividades.

Em outros termos, valendo-me de uma expressão de Jean Delumeau em seu livro *A confissão e o perdão*, é sobre toda uma “obstetrícia espiritual” (Delumeau, 1991, p. 22) que Foucault opera sua investigação acerca de um tipo de relação saber poder ancorada em uma “economia central e geral da penitência” (Foucault, 2019, p. 151). Antes do conjunto de análises estabelecido a partir de 1978 sobre o poder pastoral cristão nos primeiros séculos de nossa era, Foucault investiga em 1975 em *Os anormais* o problema da pastoral cristão e da confissão dos pecados pela ótica que, nesta segunda parte da Idade Média, mais especificamente do “século XII ao início do Renascimento” (Foucault, 2019, p. 149), foi responsável pela elaboração dos manuais destinados aos padres confessores, com objetivo de que aprendessem as técnicas necessárias para o processo de extração das verdades pecaminosas dos sujeitos confessantes.

Neste sentido, a aula de 19 de janeiro de 1975 é dedicada ao problema de sacramentalização da penitência e de estabelecimento de “todo um mecanismo em que o poder e o saber do padre e da Igreja estão implicados” (Foucault, 2019, p. 151). A analogia da “obstetrícia espiritual” empregada por Delumeau captura cirurgicamente a configuração e racionalidade desse poder confessional cristão analisado por Foucault. Na mesma medida em que a obstetrícia médica estabelece processos de extração de um novo ser do corpo materno, o confessor cristão busca extrair do sujeito confessante uma verdade que está na interioridade do sujeito e que, no entanto e de maneira singular à analogia médica, é uma verdade que não estava sendo gestada anteriormente, mas sim que nasce pelo próprio ato de confessar, ou seja, do confessante que expõe em palavras as penumbras pecaminosas de sua alma e coração. O confessor, assim, torna-se um tipo de médico obstetra das almas; é aquele que tem a capacidade de empregar um leque de especificidades tecnologias que fazer emergir um conteúdo verdadeiro sobre o sujeito mesmo, e que permaneceria velado para este último, caso a intervenção do padre confessor não fosse sua condição de possibilidade mesma.

Desta forma, o problema da confissão analisado por Foucault em *Os anormais* se dá, então, por um movimento investigativo que vai evidenciando que a questão colocada pelos manuais confessionais destinados aos padres confessores se dá por uma elaboração e codificação de práticas que buscam instruir a esses pastores a como extrair

uma verdade de suas ovelhas desejanter. Eles devem saber como se colocar perante os fiéis, estimulando-os na hermenêutica de seus pensamentos e inclinações mais profundas. Esta produção de verdade postulada pelos tratados confessionais através de um modelo confessional obrigatório estabelece uma relação de saber-poder que, posteriormente, vai sendo reconfigurada em práticas governamentais como o direito, a medicina e o saber psiquiátrico, a pedagogia etc.

Este mecanismo confessional não se limita a uma simples verbalização de pecados, mas constitui uma sofisticada tecnologia de produção de verdades e subjetividades. Através de uma obrigação que postula ao sujeito dizer tudo sobre si, de não ocultar nada e vasculhar os recantos mais íntimos de sua alma, desbravando-se nas trilhas libidinosas de seu desejo e suas vontades mais secretas, o sujeito está perpetuamente imputado em sua existência por um dispositivo confessional que transforma sua interioridade em campo de intervenção governamental. Os manuais destinados aos confessores produzidos nesse período, segundo Foucault, representam “verdadeiras cartografias da alma pecadora”; uma codificação de processos inquisitoriais, estabelecendo taxonomias minuciosas dos possíveis desvios cometidos pela vontade pecaminosa dos sujeitos. Com este procedimento de “parturição espiritual” se estabelecem bases para tecnologias de governo que, transcendendo os limites eclesiásticos, reconfigura-se estrategicamente nas práticas modernas de condução de condutas. A passagem do poder pastoral às formas contemporâneas de governamentalidade preserva os mecanismos fundamentais de individualização, responsabilização e extração de verdades que constituem o mote formativo das subjetividades ocidentais.

Com isto, vê-se que a leitura histórico-filosófica anarqueológica empregada por Foucault acerca das relações entre poder religioso e político representa, então, um tipo de contribuição decisiva para se repensar a relação entre poder religioso e poder político pelas lentes de uma crítica do tempo presente. Ao invés de conceber esse processo de encontro entre duas formas singulares de relações de poder como uma linearidade evolutiva ou como corte substitutivo, a leitura de Foucault habilita um tipo de análise que propõe relações mais complexas e nuançadas, na qual as técnicas de governo

desenvolvidas no interior de um *corpus* teológico-religioso são transferidas e reconfiguradas por aparelhos políticos e práticas governamentais estatais modernas. Isto é reforçado pelo fato de Foucault não fazer uma história das instituições, mas sim, das práticas e relações de poder. Resulta-se, assim, a hipótese de que o Estado moderno não é um advento de substituição da Igreja como fonte de autoridade, mas antes, incorporação e reconfiguração de práticas governamentais desenvolvidas num contexto eclesiástico e agora aplicadas a política governamental estatal.

Problematizando o “poder pastoral”

O que tento dizer sobre o poder pastoral, mais especificamente, pode ser explicitado pela leitura que Giorgio Agamben faz de algumas questões do pensamento de Foucault em seu livro intitulado *Signatura rerum: sobre o método* (2019). Cabe ressaltar, contudo, à existência de diferenças relevantes entre a leitura que Foucault propõe acerca do poder pastoral e a interpretação desenvolvida por Agamben, como já realizado cirurgicamente por Michel Senellart (2023), apontado diferenças entre o projeto investigativo dos dois autores.

Ainda que o objetivo deste artigo seja distinto da relação Foucault-Agamben, cabe dizer que se Foucault desenvolve uma genealogia do poder pastoral como parte de sua investigação mais ampla sobre a problemática da governamentalidade, Agamben faz uma investigação arqueológica teológico-política da economia e do governo. Se existem semelhanças, as diferenças são ainda mais significativas, e me parece que elas podem ser expostas pelo mote da “secularização”. Agamben propõe a tese de que há uma matriz teológica responsável pela estruturação econômico-governamental do Ocidente, pensando em um tipo de *assinatura* (Agamben, 2019, p. 46) que rege subrepticamente os conceitos políticos modernos. Agamben segue a máxima de Carl Schmitt que, em seu livro *Teologia política*, afirma que “todos os conceitos pregnantes da doutrina moderna do Estado são conceitos teológicos secularizados” (Schmitt, 2023, p. 100).

Foucault, por outros caminhos e de forma distinta, se concentra em uma análise

das técnicas de poder-saber promovidas pelo poder pastoral cristão e tenta identificar as transferências, apropriações e transformações ocorridas nessas técnicas, o que resulta sempre em efeitos de verdades singulares que produzem as subjetividades. No entanto, meu objetivo principal neste texto, como já dito, não é estabelecer comparações ou distinções entre esses dois autores, mas sim, apropriar-me das inquietações agambenianas para pensar acerca do pensamento de Foucault,

No primeiro capítulo de *Signatura rerum*, “O que é um paradigma?”, Agamben tece algumas interpretações sobre este conceito/problema – paradigma – e a relação do projeto de Foucault com os postulados kuhnianos acerca dos paradigmas científicos. Porém, também não é este cotejo entre Foucault-Kuhn que aqui me interessa, e sim o tipo de leitura que Agamben faz da questão panóptica e a afirmação de que essa forma de pensar o panóptico “não se trata de um caso isolado na obra de Foucault” (Agamben, 2019, p. 21).

Na argumentação de Agamben – atenta às linhas de *Vigiar e punir* – vê-se que o “o panoptismo, tal como analisado na terceira parte de *Surveiller et punir* [...] Trata-se, antes de tudo, de um fenômeno histórico singular, o *panopticon*, modelo arquitetônico que Jeremy Bentham publica em Dublin, em 1791” (Agamben, 2019, p. 19). No entanto, como o filósofo italiano ressalta, ao atentarmos às páginas da terceira parte desse livro de Foucault, pode-se observar que o modelo exemplar da casa de inspeção disciplinar-vigilante, além de sua função historicamente localizada e precisa é, segundo a argumentação de Foucault:

O Panóptico [...] deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações do poder com a vida cotidiana dos homens. Bentham sem dúvida o apresenta como uma instituição particular, bem fechada em si mesma. Muitas vezes se fez dele uma utopia do encarceramento [...] Mas o Panóptico não deve ser compreendido como um edifício onírico: é o diagrama de um mecanismo de poder levado à sua forma ideal: seu funcionamento, abstraindo-se de qualquer obstáculo, resistência ou desgaste, pode ser bem-representado como um puro sistema arquitetural e óptico:

é na realidade uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico. (Foucault, 2014b, p. 199, grifo meu)

É precisamente o trecho acima que configura o mote que tonaliza o argumento de Agamben. Evoco aqui outro momento que reforça a hipótese de Agamben, a saber, as palavras de Foucault na aula de 08 de fevereiro de 1978 em *Segurança, território, população*, quando o filósofo-historiador tece algumas explicações sobre sua genealogia do Estado e do governo das populações. Neste momento, Foucault trata do exemplo do *panopticum* como uma analogia para sua abordagem genealógica das técnicas de poder governamentais. Em sua perspectiva, uma “análise da prisão a partir das funções esperadas, das funções que foram definidas como funções ideais da prisão” (Foucault, 2023, p. 160) poderia ser feita, objetivando um “balanço funcional do saldo positivo e negativo” (Foucault, 2023, p. 160) em relação àquilo que era ou não objetivado inicialmente. No entanto, em suas palavras:

Mas, ao estudar a prisão pelo viés das disciplinas, tratava-se, aí também, de curto-circuitar, ou melhor, de passar para o exterior em relação a esse ponto de vista funcional e ressituar a prisão numa economia geral de poder. E com isso se percebe que a história real da prisão sem dúvida não é comandada pelos sucessos e fracassos da sua funcionalidade, *mas que ela se inscreve na verdade em estratégias e táticas que se apoiam até mesmo nos próprios déficits funcionais.* Portanto: substituir o ponto de vista interno da função pelo ponto de vista externo das estratégias e táticas. (Foucault, 2023, p. 160)

Desta forma, ao definir o panóptico como “modelo generalizável de funcionamento” e proferir que esse modelo “pode e deve ser destacado de todo uso específico”, Foucault abre os espaços necessários para que Agamben argumente que, nesse sentido, o *panopticon* pode ser interpretado como um “objeto singular que, valendo para todos os outros da mesma classe, define a inteligibilidade do conjunto do qual faz parte e que, ao mesmo tempo, constitui” (Agamben, 2019, p. 21). Em outras palavras, o movimento

agambeniano é destacar a função dessa figura epistemológica analisada por Foucault, o *panopticon*. Portanto, além de sua formulação arquitetural-etérea pelas linhas benthaminianas, e que a análise genealógica de Foucault é mais do que atenta, o problema do panóptico e do panoptismo pode ser expresso pela racionalidade própria ao seu funcionamento e das inteligibilidades produzidas em múltiplos espaços a partir de suas diretrizes disciplinares³.

Insisto nessa leitura agambeniana do *panopticon* como “paradigma” – mesmo que eu não me aproprie desse termo quando me refiro ao poder pastoral cristão, e nas próximas páginas explicitarei minha preferência pelo termo “dispositivo” –, pois ela oferece uma profícua chave de interpretação na compreensão do estatuto epistemológico da análise do pastorado cristão no pensamento de Foucault. Analogamente à forma como o *panopticon* traspassa sua especificidade lastro-histórico e pode funcionar como modelo generalizável das relações de poder aglutinadora de objetos que à primeira vista parecem desconexos, o poder pastoral cristão investigado por Foucault também opera como uma figura epistemológica capaz de evidenciar um tipo de racionalidade pastoral ainda subjacente às técnicas contemporâneas de governo. Na aula de 15 de fevereiro de 1978, Foucault argumenta sobre a plástica longevidade das tecnologias de poder do pastorado cristão:

Uma religião que aspire assim ao governo cotidiano dos homens em sua vida real a pretexto da sua salvação e na escala da humanidade – é isso a Igreja, e não temos disso nenhum outro exemplo na história das sociedades. Creio que se forma, assim, com essa institucionalização de uma religião como Igreja, forma-se assim, e devo dizer que muito rapidamente, pelo menos em suas linhas mestras, um dispositivo de poder que não cessou de se desenvolver e de se

3 Em seu livro *L'homme économique*, Christian Laval faz um estudo que reforça essa leitura do panóptico como um tipo de diagrama para um mecanismo poder que é generalizável, transcendendo sua forma arquitetural específica. Laval indica que a vigilância panóptica não opera apenas como um modelo construído para instituições disciplinares, mas é também e principalmente uma forma concentrada de um controle social difuso, inerente à própria sociedade de mercado na qual emerge. Seu argumento é de que o “o primeiro dispositivo panóptico é a própria sociedade como espaço de inter-vigilância”, Cf. Laval, Christian (2007).

aperfeiçoar durante quinze séculos, digamos desde os séculos II, III depois de Jesus Cristo, até o século XVIII da nossa era. Esse poder pastoral, totalmente ligado à organização de uma religião como Igreja, a religião cristã como Igreja cristã, esse poder pastoral por certo transformou-se consideravelmente no curso desses quinze séculos de história. Ele por certo foi deslocado, desmembrado, transformado, integrado a formas diversas, mas no fundo nunca foi verdadeiramente abolido. *E, quando eu me coloco no século XVIII como sendo o fim da era pastoral, é provável que ainda me engane, porque de fato o poder pastoral em sua tipologia, em sua organização, em seu modo de funcionamento, o poder pastoral que se exerceu como poder é sem dúvida algo de que ainda não nos libertamos.* (Foucault, 2023, p. 199, grifo meu).

Uma formulação semelhante reaparece em *Omnes et singulatim* (Foucault, 1986), quando Foucault procura explicitar a permanência e transformação de certas tecnologias pastorais no interior das racionalidades políticas modernas. Ali, o filósofo observa que o antigo objetivo pastoral da salvação dos indivíduos é progressivamente retraduzido em finalidades seculares ligadas ao bem-estar, à segurança, à saúde e à prosperidade das populações. Não se trata, contudo, de uma simples continuidade histórica entre pastorado cristão e Estado moderno. O que interessa a Foucault é mostrar como determinadas técnicas de individualização e totalização são reapropriadas, deslocadas e reinscritas em novos arranjos governamentais. Tal observação reforça a hipótese defendida neste artigo, segundo a qual o poder pastoral não deve ser compreendido como etapa superada da história ocidental, mas como uma matriz analítica capaz de tornar inteligíveis diferentes racionalidades de governo.

Quando Foucault opera sua investigação sobre o cristianismo dos primeiros séculos, suas práticas e suas elaborações morais, inferindo acerca dos efeitos de verdade em relação aos processos de formação das subjetividades, seu movimento não é apenas analisar e descrever práticas de cunho religioso que são historicamente situáveis. Antes,

pela interpretação oferecida por Agamben⁴, vemos que Foucault isola uma forma específica de poder – o pastorado cristão – que, se visto por lentes arqueológicas-genealógicas, descobre-se como ainda operante. A dificuldade da análise reside justamente nessa ostensividade estratégica e contingencial, que revela uma operatividade não-estática e homogênea. Disto, então, resulta que à análise do poder pastoral cristão, Foucault procura dar atenção as diversas modulações e reformulações distintas, quais são as novas táticas e estratégicas empregadas para o governo pastoral da conduta dos homens. Não está aqui um dos desmembramentos das intenções subjacentes ao problema de uma genealogia da constituição do sujeito moderno e do papel do Estado no processo de governamentalização das condutas? Assim, o modelo do pastoral cristão funciona como grade de inteligibilidade à análise crítica das tecnologias governamentais modernas e contemporâneas, como a pedagogia, a psiquiatria, as práticas penitenciárias, as técnicas de gestão econômica, as formas de regulação biológica etc.

É a partir deste movimento interpretativo primeiramente fornecido por Agamben que, então, me parece não ser desprovido de pertinência colocar também a questão do poder pastoral – mas também do governo – como “modelo generalizável de funcionamento”. É válido aqui seguir o filósofo italiano neste ponto, ao explicitar sobre o problema que, em suas palavras, é capaz de expressar “um método foucaultiano no seu gesto mais característico” (Agamben, 2019, p. 21):

Não se trata de um caso isolado na obra de Foucault: ao contrário, pode-se dizer que, nesse sentido, o paradigma define o método foucaultiano no seu gesto mais

4 Longe de sugerir que a leitura de Agamben seja a chave para uma suposta compreensão “final” de Foucault, esta análise parte do pressuposto de que o processo de pesquisa é, em si, um campo de afetações e usos singulares. Essa postura é coerente com a famosa metáfora do pensamento foucaultiano como uma “caixa de ferramentas”, reconhecendo que cada instrumento possui uma finalidade específica. Afinal, não se aperta um parafuso com um martelo. Em mais de uma ocasião, Foucault faz referência ao que chama de “caixa de ferramentas”, e que diz respeito ao uso que os leitores poderiam fazer de seus livros. Na entrevista “Des súplices aux cellules” (1994), realizada em 21 de fevereiro de 1975 por Roger Pol-Droit, Foucault convida os olhos leitores para um uso expressamente crítico das ferramentas fornecidas em seus estudos, “como uma chave de fenda ou uma desparafusadeira”. Também na entrevista “Prisons et asiles dans le mécanisme du pouvoir” (1994), de 1974, Foucault faz uso dessa analogia ferramental.

característico. O *grand enfermement*, a confissão, a investigação, o exame, o cuidado de si: uma série de fenômenos históricos singulares que são tratados – e isso constitui a especificidade da pesquisa de Foucault no tocante à historiografia – como paradigmas que decidem por um contexto problemático mais amplo que ao mesmo tempo constituem e tornam inteligível [...]. (Agamben, 2019, p. 21-22)

Como Agamben explica, o que chama de “paradigma foucaultiano” opera simultaneamente como *exemplar* e *exemplum* – possui tanto uma dimensão sensível e modelar quanto uma significação moral e intelectual que exige uma investigação e avaliação complexa. Seguindo essa perspectiva, é justamente esse tratamento que designa ao poder pastoral – justamente por seu imbricamento nevrálgico com a questão do governo –, a saber, precisamente, como um destes “paradigmas foucaultianos”, como argumenta Agamben. Portanto, busco trazer a hipótese de que o poder pastoral cristão analisado por Foucault não funciona apenas como modelo histórico-particular que descreve práticas religiosas de condução das almas, mas constitui um dispositivo epistemológico “que permite reunir enunciados e práticas discursivas num novo conjunto inteligível e num novo contexto problemático” (Agamben, 2019, p. 23).

Segundo Agamben, não lidamos aqui com “um significante, que é ampliado para designar fenômenos heterogêneos em virtude de uma mesma estrutura semântica” (Agamben, 2019, p. 22), mas com um caso individual que, ao ser isolado do contexto do qual faz parte, e “exibindo a própria singularidade, torna inteligível um novo conjunto, cuja homogeneidade é constituída por ele mesmo” (Agamben, 2019, p. 22). Este tipo de operação teórico-epistemológica sobre o poder pastoral, ao mesmo tempo que o localiza historicamente em um regime de verdade circunscrito, permite desativá-lo de seu contexto histórico-filosófico, de forma que a exibição de sua racionalidade subjacente é promovida por uma analítica das relações de poder que torna visíveis os mecanismos e técnicas de condução que, de outro modo, talvez permanecessem imperceptíveis.

É justamente esta capacidade de fazer emergir uma inteligibilidade mais ampla a

partir de um caso singular – sem recorrer à lógica das metáforas, mas sempre às analogias dos exemplos –, que permite e habilita o argumento de que o pastorado cristão pode ser visto como chave de compreensão para fenômenos governamentais aparentemente desconexos, estabelecendo continuidades e rupturas que iluminam aspectos fundamentais das tecnologias e práticas de poder modernas e contemporâneas. Segundo Agamben:

Festo nos informa que os latinos distinguem *exemplar* de *exemplum*: o primeiro, que se aprecia com os sentidos (*oculis conspicitur*), indica o que devemos imitar (*exemplar est quod simile faciamus*); o segundo, por sua vez, exige uma avaliação mais complexa (*não apenas sensível: animo aestimatur*) e tem um significado sobretudo moral e intelectual. O paradigma foucaultiano é as duas coisas ao mesmo tempo: não apenas *exemplar* e modelo, que impõe a constituição de uma ciência normal, mas também sobretudo *exemplum*, que permite reunir enunciados e práticas discursivas num novo conjunto inteligível e num novo contexto problemático (Agamben, 2019, p. 23)

Essa distinção entre *exemplar* e *exemplum* elencada por Agamben ajuda na compreensão de uma postura fundamental das análises de Foucault. Ao levantar o problema do poder pastoral, por exemplo, vê-se que ele não desempenha apenas uma função de modulação empírica – *exemplar* – que pode ser visualizada e descrita nas contingências expressas pelo desenrolar histórico. No entanto e sobretudo, pois aí me parece estar a riqueza do argumento, o poder pastoral cristão na análise de Foucault é também *exemplum*, um tipo de descrição que passa por uma “avaliação mais complexa”, além dos níveis do sensível, ou seja, daquilo que é empírico e contingente.

É nesta ultrapassagem da sensibilidade das percepções que se apreende a problemática dos significados morais e intelectuais. Assim, ao observar e investigar o poder pastoral cristão, Foucault não está apenas descrevendo práticas empíricas, mas também parte à identificação de princípios operacionais de tecnologias de poder que continuam a funcionar, sobre sob novas configurações, nas sociedades contemporâneas.

Portanto, há aqui um duplo estatuto do objeto de análise do poder pastoral cristão na investigação de Foucault: é *exemplar* sensível e *exemplum* intelectual; articula-se aqui, então, uma crítica do presente que é simultaneamente histórica e filosófica.

Com isto, assim está proposto uma abordagem do poder pastoral cristão em Foucault que permite não só visualizar um fenômeno histórico delimitado, mas uma matriz de inteligibilidade para compreensão de diversas expressões da governamentalidade. Esta perspectiva pode ser somada com a posição proposta pela filósofa italiana Laura Cremonesi (2019). Semelhantemente a influência agambeniana que modula a compreensão epistemológica e analítica do poder pastoral, com as tessituras expostas por Cremonesi, é possível pensar ainda mais sobre a persistência histórica e capacidade de estruturação quase imperceptível dos dispositivos e de seu estabelecimento de limite em relação aos horizontes conceituais possíveis.

A autora traz às análises foucaultianas um termo/conceito que, mesmo sendo usado por Foucault – *dispositivo* – é apropriado pela autora em uma modulação proveniente do campo de estudos teológico-político⁵. Se essa área de estudos e suas problemáticas não estão presentes de forma literal nos escritos e ditos de Foucault, não é o caso de abstermo-nos das producentes implicações suscitadas pela interlocução de diferentes perspectivas que compartilham objetos de investigação comuns ou semelhantes⁶.

5 Atualmente, a *teologia política* constitui uma área de estudos autônoma que transita por uma interdisciplinaridade entre Filosofia, Teologia, História, Ciências da Religião, Psicologia, Direito etc. Para apreciação do tema da teologia política como área de estudos, mas também e principalmente para uma produtora investigação sobre as possibilidades de interpretação da teologia política e de sua posição como “teologia política crítica”, é fundamental o texto de Douglas Ferreira Barros. Cf. Barros (2020).

6 Em 2023, a revista *Laval théologique et philosophique* publicou o dossiê “Michel Foucault et la théologie politique”. Cf. Colombo, Agustín, & Leclercq, Jean (Eds.). (2023). *Michel Foucault et la théologie politique. Laval théologique et philosophique*, 79(3). Até o momento da redação deste texto, não tenho conhecimento de outros dossiês ou livros dedicados especificamente ao eixo temático da teologia política em relação ao pensamento e obra de Foucault. Trata-se, sem dúvida, de uma relação densa e de difícil acesso, marcada por conceitos tradicionais e enraizados como soberania, secularização, teologia, providência, governo – conceitos que Foucault apropria de modo vertical e singular, frequentemente em contraste com os percursos clássicos da filosofia política. Philippe Büttgen observa, em texto de 2007 intitulado “Théologie politique et pouvoir pastoral” (afirmação também destacada por Agustín Colombo e Jean Leclercq organizadores do dossiê de 2023), que a recepção francesa da obra de Carl Schmitt e da problemática da teologia política ocorre apenas uma década após o curso *Segurança, território, população*, quando Foucault já havia falecido. Quanto à relação entre os problemas presentes nas obras de Schmitt e de Foucault – aproximação teórico-crítica que considero frutífera – uma pesquisa

A contribuição de Cremonesi ao situar o poder pastoral cristão analisado por Foucault no leque dos estudos teológicos-políticos sinaliza um alargamento das perspectivas foucaultianas. Como comentado acima, embora Foucault não tenha inscrito explicitamente suas investigações neste tipo de proposta analítica, as interlocuções propostas pela autora italiana dão espaço à visualização de dimensões do poder pastoral nevrálgicas à análise de Foucault. A autora nos ajuda na habilitação de uma compreensão entre a relação religião-política que foge às simples oposições e substituições, investigando a complexidade dos processos de apropriação e reconfiguração das tecnologias de governo dos homens.

O termo usado por Cremonesi, “dispositivo teológico-político”, apropriado pela autora de outras discussões – no seu caso, de Roberto Esposito⁷ – é designado ao problema do poder pastoral na análise de Foucault. Segundo a exposição da autora, uma forma de descrever um “dispositivo teológico-político” seria precisamente e principalmente a partir da sua “compacidade”, isto é, a partir de sua capacidade de se estruturar de tal maneira que torna-se difícil conceber possibilidades de fugas e desvios, na medida em que o que torna um dispositivo invisível é a própria existência, funcionamento e manutenção deste mesmo dispositivo que, uma vez instaurado,

por bancos de dados de teses, dissertações e artigos revela que, ao menos na produção brasileira, há mais de uma década estudiosos vêm publicando discussões sobre essa interlocução, Cf. Büttgen, Philippe. (2007). *Théologie politique et pouvoir pastoral. Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 62(5), 1129–1154. Também cito, como exemplo: D’Urso, Flavia. (2014). *Perspectivas sobre a soberania em Carl Schmitt, Michel Foucault e Giorgio Agamben* (Tese de doutorado em filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo); e o livro de Valentina Antoniol – ao qual tive acesso apenas ao sumário, que se mostra interessantíssimo – intitulado *Foucault et la guerre: À partir de Schmitt, contre Schmitt*, Cf. Antoniol, Valentina. (2024). *Foucault et la guerre: À partir de Schmitt, contre Schmitt*. Éditions Mimesis.

⁷ Esta característica de *compacidade* referente a um dispositivo teológico-político é discutida por Esposito em *Due. La macchina della teologia politica e il posto del pensiero* (2013). Esposito argumenta sobre a dificuldade de assumir a distância necessária para analisar ou simplesmente tematizar os dispositivos teológicos-políticos. Como afirma, “o obstáculo fundamental para penetrar no horizonte da teologia política está no fato de que já nos encontramos em seu interior”. Falamos e pensamos dentro dos dispositivos, com suas categorias, léxicos e conceitos, constituintes dos primeiros impedimentos para uma tomada de palavra sobre o dispositivo que também seja uma tomada de distância de seus horizontes. Essa problemática, como aponta Cremonesi, foi também enfrentada por Foucault em suas múltiplas descrições de dispositivos que produzem dificuldades contra a mitigação dos horizontes teóricos e políticos inteiramente desenhados por suas formações e descrições discursivas e pela sua capacidade de se fixar em relações de poder estabelecidas na cristalização de determinadas verdades sobre um sujeito de conhecimento. Cf. Esposito, Roberto. (2013). *Due: La macchina della teologia politica e il posto del pensiero*. Giulio Einaudi Editore.

segundo Cremonesi, “nos envolve numa série de hábitos de pensamento e automatismos que acabam por torna-lo tão parte integrante de nosso horizonte prático e conceitual que se torna transparente ao olhar” (Cremonesi, 299, p. 299).

O postular de uma análise do dispositivo teológico-político que dá atenção à sua *compattezza* (compacidade) permite capturar uma característica central do pastorado cristão visto pelas lentes das tecnologias governamentais. Assim, sua força reside não apenas na sua ininterrupta proliferação remodelada em novas tecnologias de poder, mas sobretudo naquilo que permite esta mesma e constante reconfiguração: sua capacidade de naturalização, de tornar-se “transparente ao nosso olhar”, justamente pelo fato de que é ele mesmo – o dispositivo – que estrutura os horizontes epistemológicos-conceituais nos quais se dão as condições de possibilidade das ações dos sujeitos. Desta forma, torna-se não tão difícil visualizar que práticas de governo cristão foram incorporadas por reconfigurações em instituições modernas como a escola, a fábrica, o hospital etc. Ora, se estas instituições obviamente são reconhecidas como “seculares”, é precisamente por sua compacidade de apresentar-se sob novas formas de racionalidade técnica e de relações de poder.

A perspectiva oferecida pelo argumento de Cremonesi permite a compreensão do poder pastoral cristão analisado por Foucault como um desses múltiplos dispositivos, cuja “compacidade” e persistência histórica, expressa por remanejamentos estratégicos de suas disposições funcionais-governamentais, tornam sua análise um ponto nevrálgico para a história das relações de governo no Ocidente. Se se admite a possibilidade de enfrentarmos o pastorado cristão exposto pela análise foucaultiana como um “dispositivo teológico-político”, podemos compreender mais largamente como suas técnicas, racionalidades e modos operacionais permanecem – mesmo na produção de novas formas de atuação – operantes e decisivos nas racionalidades governamentais contemporâneas.

“*Desmontar um dispositivo*”. Tal enunciação sintetiza não apenas o desafio de situar historicamente um dispositivo, mas designa o que me parece ser algo que é próprio de uma postura crítica: desarticular e implodir os maquinários artificiais e seus exercícios e funções previdenciais-governamentais através da história ocidental. Este

trabalho exige que se pense para além – e contra – os marcos conceituais que o próprio dispositivo instaurou e naturalizou como parte constitutiva de nossas subjetividades. Trata-se de desestabilizar as coordenadas dos dispositivos que estruturam nossa percepção das relações entre saber, poder e verdade, evidenciando sua contingência histórica e abrindo possibilidade para formas alternativas de pensamento que escapem à racionalidade governamental estabelecida.

Neste ponto, torna-se possível compreender por que a perspectiva genealógica é decisiva para a análise aqui proposta. A genealogia não busca reconstruir continuidades históricas lineares nem identificar essências permanentes sob formas históricas distintas. Seu procedimento consiste precisamente em evidenciar deslocamentos, rupturas, reapropriações e contingências que atravessam a constituição dos regimes de verdade. Assim, quando o poder pastoral é tomado como grade de inteligibilidade para a compreensão de determinadas racionalidades governamentais modernas e contemporâneas, não se pretende afirmar uma continuidade causal direta entre cristianismo e governo moderno, mas destacar a persistência e reformulação estratégica de determinadas tecnologias de condução de condutas.

Considerações finais

A tarefa de desmontar um dispositivo teológico-político como o poder pastoral cristão coloca-nos diante de um tipo de exigência que excede o exercício historiográfico convencional. Se as análises aqui desenvolvidas demonstram a persistência de racionalidades pastorais nas tecnologias governamentais contemporâneas, resta perguntar: qual o alcance efetivo de uma crítica que opera no interior das coordenadas conceituais instauradas pelo próprio dispositivo que pretende desarticular?

Esta questão não é meramente retórica. A compacidade do dispositivo pastoral – sua capacidade de naturalizar-se como horizonte inultrapassável de nossas práticas e pensamentos – impõe um paradoxo à própria atividade crítica: como pensar para além de categorias que constituem as condições de possibilidade de nosso pensamento? A resposta foucaultiana, que atravessa implicitamente todo o percurso aqui realizado,

aponta à historicização radical como gesto de desprovincialização do presente. Ao desarmar a contingência daquilo que se apresenta como necessário, a investigação genealógica – anarqueológica – fragiliza a aparente solidez dos dispositivos, expondo as fissuras pelas quais outras configurações do pensável podem emergir.

Neste sentido, a leitura do poder pastoral como matriz de inteligibilidade governamental não conduz a um diagnóstico fatalista sobre a presença inescapável das tecnologias de condução. Diferentemente, ela habilita uma atenção renovada às descontinuidades, aos pontos de resistência e às experimentações que, historicamente, tensionaram e reconfiguraram os dispositivos de governo. Se o pastorado cristão constitui uma das proveniências das artes de governar no Ocidente, sua análise também revela que tais artes jamais se exerceram sem encontrar contracondutas, recusas e desvios que as forçaram a constantes remanejamentos estratégicos.

A interlocução analítica com Agamben e Cremonesi que aqui propus não pretendeu estabelecer uma síntese harmoniosa entre perspectivas distintas e/ou múltiplas, mas explorar um campo de tensões produtivas que emergem quando diferentes tradições de pensamento se debruçam sobre objetos comuns. Se Agamben nos oferece ferramentas para compreender o estatuto epistemológico singular das análises foucaultianas, Cremonesi nos alerta para a dimensão propriamente política do gesto de tornar visível aquilo que o dispositivo naturalizou como invisível. Ambas as contribuições convergem, contudo, em um ponto decisivo: a recusa de qualquer teleologia histórica que conceba o presente como resultado necessário de um desenvolvimento linear.

Por fim, cabe observar que a análise do poder pastoral cristão como dispositivo teológico-político não esgota o campo de investigações possíveis sobre as relações entre religião, política e subjetividade no Ocidente. Antes, é uma análise que almeja abrir um território de problematizações que convida a novos desdobramentos: as mutações contemporâneas das tecnologias de confissão em dispositivos digitais de exposição de si; as reconfigurações neoliberais do governo das condutas que parecem prescindir da mediação pastoral tradicional; as formas emergentes de espiritualidade que contestam ou reinventam as matrizes cristãs de subjetivação. Estas questões, que excedem os

limites do presente artigo, indicam a fecunda proficiência de um programa de pesquisa que tome a sério a advertência de Foucault que foi apresentada páginas atrás: o poder pastoral, em sua tipologia, organização e modo de funcionamento, é algo de que ainda não nos libertamos – e talvez seja precisamente esta não-libertação que nos impele a continuar pensando.

Referências bibliográficas

- Agamben, Giorgio (2019). *Signatura rerum: questões de método* (Andrea Saturbano y Patricia Peterle, Trans.). Boitempo.
- Antoniol, Valentina. (2024). *Foucault et la guerre: À partir de Schmitt, contre Schmitt*. Éditions Mimésis.
- Barros, Douglas (2020). *Teologia política: disciplina de estudos e pesquisas acerca da relação entre religião, teologia e política*. *Interações*, 15 (1), pp. 12–41.
- Büttgen, Philippe (2007). Théologie politique et pouvoir pastoral. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 62 (5), pp. 1129–1154.
- Colombo, Agustín, & Leclercq, Jean (Eds.) (2023). Michel Foucault et la théologie politique. *Laval théologique et philosophique*, 79 (3).
- Cremonesi, Laura (2019). Genealogie del governo. La questione del potere pastorale in Michel Foucault. En E. Stimilli (Ed.), *Teologie e politica. Genealogie e attualità* (pp. 299–316). Quodlibet.
- D’Urso, Flavia (2014). *Perspectivas sobre a soberania em Carl Schmitt, Michel Foucault e Giorgio Agamben* (Tese de doutorado em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).
- Delumeau, Jean (1991). *A confissão e o perdão* (Paulo Neves, Trad.). Companhia das Letras.
- Esposito, Roberto (2013). *Due: La macchina della teologia politica e il posto del pensiero*. Giulio Einaudi Editore.
- Foucault, Michel (1994). Des supplices aux cellules. En M. Foucault, *Dits et écrits II (1972–1975)*. Gallimard.
- Foucault, Michel (2014). *Do governo dos vivos: curso no Collège de France (1978–1980)* (Eduardo Brandão, Trad.). Martins Fontes.
- Foucault, Michel (2016). *El origen de la hermenéutica de sí: Conferencias de Dartmouth, 1980* (Horacio Pons, Trad.). Siglo XXI editores.
- Foucault, Michel (2020). *História da sexualidade IV: As confissões da carne* (Heliana de Barros Conde Rodrigues & Vera Maria Portocarrero, Trans.). Paz e Terra.
- Foucault, Michel (1986). Omnes et singulatim: Vers une critique de la raison politique. *Le Débat*, 41, pp. 5–36.

- Foucault, Michel (2018). *Os anormais: curso no Collège de France (1974–1975)*. WMF Martins Fontes.
- Foucault, Michel (1994). Prisons et asiles dans le mécanisme du pouvoir. En M. Foucault, *Dits et écrits II (1972–1975)*. Gallimard.
- Foucault, Michel (2023). *Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977–1978)*. Martins Fontes.
- Foucault, Michel (2014b). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Vozes.
- Gesueli, Fábio Gonzaga. (2020). *Um cristianismo por Michel Foucault: pastorado cristão e vida monástica a partir de uma leitura das práticas de governo* (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas).
- Gesueli, Fábio Gonzaga (2025). “O suave perfume da obediência”: Michel Foucault e a experiência da carne no Ocidente cristão (Tese de doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas).
- Laval, Christian (2007). *L’homme économique*. Gallimard.
- Schmitt, Carl (2023). *Teologia política* (Alexandre Franco de Sá, Trad.). Livraria Resistência Cultural Editora.
- Senellart, Michel (2023). Oikonomia et regimen: À propos d’une critique de M. Foucault par G. Agamben. *Laval théologique et philosophique*, 79(3), pp. 355–368.